



NÍVEL SUPERIOR

CADERNO DE QUESTÕES OBJETIVAS

CONTADOR

ATENÇÃO

1. A prova terá duração de 4h (quatro) horas e 30 (trinta) minutos, considerando, inclusive, a marcação do **CARTÃO-RESPOSTA**.
2. É de responsabilidade do candidato a conferência deste caderno, que contém **75 (setenta e cinco) questões de múltipla escolha**, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D), distribuídas da seguinte forma:

CONTEÚDO	QUESTÕES
Língua Portuguesa	01 a 10
Matemática Financeira	11 a 15
Noções de Informática	16 a 20
Noções de Direito (Direito Administrativo, Constitucional, Tributário, Processual Civil e Ética do Servidor Público)	21 a 35
Contabilidade Pública e Orçamento Público	36 a 50
Contabilidade Geral	51 a 65
Cálculos Trabalhistas	66 a 75

3. Observe as seguintes recomendações relativas ao **CARTÃO-RESPOSTA**:
 - verifique, no seu **cartão**, o seu nome, o número de inscrição e o número de seu documento de identidade;
 - o **CARTÃO-RESPOSTA** será o **único documento válido** para correção eletrônica através de leitura óptica, e seu preenchimento e respectiva **assinatura** são de inteira responsabilidade do candidato;
 - a maneira correta de marcação das respostas é cobrir, **fortemente**, com caneta esferográfica, obrigatoriamente de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada, para assegurar a perfeita leitura óptica.
4. Em hipótese alguma haverá substituição do **CARTÃO-RESPOSTA** por erro do candidato.
5. O candidato será automaticamente **excluído** do certame se for **surpreendido**:
 - consultando, no decorrer da prova, qualquer tipo de material impresso, anotações ou similares, ou em comunicação verbal, escrita, ou gestual, com outro candidato;
 - utilizando aparelhos eletrônicos, tais como: telefone celular, bip, *walkman*, rádio receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, *notebook*, calculadora, *palmtop*, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação ativa ou passiva. **O telefone celular** deverá permanecer desligado, desde o momento da entrada no local de prova **até a saída do candidato do respectivo local**;
6. O candidato somente poderá se retirar definitivamente do recinto de realização da prova, entregando o **CARTÃO-RESPOSTA devidamente assinado**, após **decorrida 1 (uma) hora do início da prova**. No entanto, **SÓ PODERÁ copiar seus assinalamentos feitos no CARTÃO-RESPOSTA** em formulário próprio entregue pela instituição organizadora do concurso, **DURANTE OS 30 min (TRINTA MINUTOS) QUE ANTECEDEREM AO TÉRMINO DA PROVA**.
7. Ao terminar a prova o candidato entregará, obrigatoriamente, ao Fiscal de Sala, o seu **CARTÃO-RESPOSTA** e o **CADERNO DE QUESTÕES**, sob pena de exclusão do certame.
8. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados **somente** quando **todos** tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado e tenham sido entregues todos os **CARTÕES-RESPOSTA** e **CADERNOS DE QUESTÕES**, sendo obrigatório o registro dos seus nomes na ata de aplicação de prova.
9. **O FISCAL NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.**
10. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, no segundo dia útil seguinte ao de realização da prova, estando disponível, também, no site <http://concursos.rio.rj.gov.br>

LÍNGUA PORTUGUESA

Com base no parágrafo abaixo responda às questões de números 01, 02 e 03.

Controle absoluto

O ponto central da discussão é a contraposição entre liberdade de expressão e direito à privacidade. Embora reconheça pontos plausíveis na argumentação daqueles que o defendem, não concordo que para preservar o direito à privacidade seja admissível relativizar ou cercear a liberdade de expressão. Em democracias mais aprimoradas, liberdade de expressão e direito à privacidade caminham juntos, ao passo que, em regimes intolerantes e totalitários, quanto mais se reprime a liberdade de expressão, mais se restringe o direito à privacidade. Querer reprimir a liberdade de expressão em nome da preservação do direito à privacidade é dar um tiro no pé. O controle absoluto da própria história não ocorre numa sociedade livre e democrática. Controle absoluto, só em regimes totalitários, e sempre como primazia do Estado e não dos indivíduos.

Tony Bellotto, parágrafo do texto "A liberdade é uma só", O Globo - 27/10/2013 – adaptado

01. Sob o ponto de vista do autor, numa sociedade livre e democrática, o ideal seria:
- (A) coibir a liberdade de expressão e defender o direito à privacidade
 - (B) honrar a liberdade de expressão e resguardar o direito à privacidade
 - (C) garantir a liberdade de expressão e refutar o direito à privacidade
 - (D) prescindir da liberdade de expressão e preservar o direito à privacidade
02. O conectivo **embora** introduz a segunda frase do parágrafo. A oração iniciada por esse conectivo estabelece com o restante da frase a mesma relação lógica que existe em:
- (A) A seca castiga o Nordeste de modo terrível, fato que tende a piorar à medida que os prejuízos oriundos da perda da safra se fizerem sentir.
 - (B) Algumas cidades brasileiras têm praticamente dobrado sua população na temporada de turismo, enquanto outras recebem poucos visitantes.
 - (C) Por pouco que a negociação tenha avançado ao longo dos dias, já se tem esperança de uma solução pacífica para esse conflito.
 - (D) Atualmente não é comum o desprendimento necessário para que os fiéis ricos façam grandes doações a suas igrejas.

03. Na expressão **direito à privacidade**, é obrigatório o emprego do acento grave, indicativo de crase. De acordo com as regras gramaticais relativas à regência nominal, também precisa ocorrer crase em:

- (A) Todos reconhecem que um elogio sincero é doce **a** qualquer ouvido.
- (B) Dificilmente uma norma seria agradável **a** toda a coletividade por ela afetada.
- (C) Na época de natal, muitas lojas permanecem abertas até **as** dez horas.
- (D) Muitas pessoas sofrem, pois se apegam excessivamente **as** lembranças do passado.

As questões de números 04, 05, 06 e 07 relacionam-se ao parágrafo abaixo.

Fahrenheit 451

No romance "Fahrenheit 451", Ray Bradbury nos apresenta um futuro sombrio em que livros e pensamento crítico estão banidos da sociedade, num mundo em que opiniões próprias são consideradas antissociais. Entre 10 de maio e 21 de junho de 1933, logo depois da chegada de Hitler ao poder, nazistas organizaram em várias cidades alemãs grandes e festivas queimas de livros. Entre os autores "incinerados" estavam Thomas Mann, Walter Benjamin, Brecht, Musil, Freud, Einstein e Marx. O evento é reconhecido como um dos mais cruéis atentados à liberdade de expressão da História. Livros — mesmo os ruins — simbolizam liberdade de pensamento. Reprimir ou condicionar sua publicação soa como uma ameaça a um princípio fundamental da democracia.

Tony Bellotto, parágrafo do texto "A liberdade é uma só", O Globo - 27/10/2013

04. Sobre o emprego da palavra **incinerados** no parágrafo, é **incorreto** afirmar que:
- (A) tem radical originado do latim *cinis, cineris* que significa, em português, cinzas
 - (B) compõe uma metonímia, figura que também existe em "o Brasil ama futebol"
 - (C) qualifica objeto ou pessoa que, com aparência benigna, apresenta de fato perigosas ciladas
 - (D) está entre aspas, pois o autor decidiu destacá-la para realçar seu sentido conotativo no contexto

Considere a seguinte frase para responder às questões de números 05, 06 e 07.

Ray Bradbury nos apresenta um futuro sombrio em que livros e pensamento crítico estão banidos da sociedade.

05. A sequência **em que** funciona como elemento coesivo que une as duas orações desse período. Nesse contexto, pode-se substituí-la corretamente por:

- (A) no qual
- (B) do qual
- (C) cujos
- (D) onde

06. “*livros e pensamento crítico estão banidos da sociedade.*” O verbo *banir* está flexionado na voz passiva analítica. Observando as normas preconizadas pela gramática tradicional, é possível preservar o sentido original com o emprego da passiva sintética, que, nesse caso, é:

- (A) baniu-se
- (B) banira-se
- (C) baniram-se
- (D) banir-se-iam

07. “*Ray Bradbury nos apresenta*”. O pronome em negrito é núcleo do complemento verbal, da mesma forma que o pronome pessoal oblíquo átono em destaque no seguinte segmento:

- (A) “As estrelas dirão: – ‘Ai! nada somos,/ Pois ela **se** morreu, silente e fria...” – Alphonsus de Guimaraens
- (B) “Como **te** hei de receber em dia tão posterior?” – Cecília Meireles
- (C) “Escutaste-lhe a voz? Viste-**lhe** o rosto?” – Fagundes Varela
- (D) “Ânimo, Brás Cubas, não **me** sejas palerma.” – Machado de Assis

08. Obedece às regras da gramática normativa, tendo em vista a língua escrita padrão, a seguinte construção:

- (A) Está na hora dos funcionários multiplicarem esforços para cumprir seu dever.
- (B) O funcionário chegou até mim e narrou outra versão do incidente.
- (C) Senti grande frustração, pois o colega me viu e deu as costas.
- (D) O pronunciamento do presidente da empresa foi assistido por todos os funcionários.

09. Considerando as regras gramaticais referentes à regência nominal, constata-se que podem ser seguidos pela mesma preposição todos os adjetivos reunidos em:

- (A) benéfico, ávido, desejoso, fácil
- (B) leal, amante, adequado, cobiçoso
- (C) incansável, necessário, consciente, curioso
- (D) contrário, avesso, análogo, fiel

10. Verifica-se **erro** de concordância verbal na seguinte frase:

- (A) Devem existir problemas maiores, que nos são desconhecidos.
- (B) A honestidade dos pais nutre o coração infantil, os abusos o corrompem.
- (C) A nulidade ou a validade do contrato eram assunto de direito civil.
- (D) Sempre dúvidas haveriam sobre os melhores trajetos a percorrer.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

11. Em uma operação a juros compostos, a uma taxa constante, a evolução do valor futuro, em função do tempo, se dá de forma:

- (A) linear
- (B) aleatória
- (C) exponencial
- (D) logarítmica

12. Baseando-se, exclusivamente, no princípio da equivalência de capitais, uma dívida de R\$5 milhões, contraída dentro do regime dos juros simples, em uma determinada data, a uma taxa constante de 15% ao ano, três meses depois, será equivalente a um débito de:

- (A) R\$ 5.187.500,00
- (B) R\$ 5.750.500,00
- (C) R\$ 6.000.500,00
- (D) R\$ 7.250.500,00

13. Em uma operação de financiamento, a instituição financeira indica que a taxa de juros praticada será de 1% ao mês, dentro do regime dos juros compostos. Dessa forma, é possível afirmar que a taxa anual praticada pela referida instituição, nesta operação, será de:

- (A) 10,00%
- (B) 12,00%
- (C) 12,50%
- (D) 12,68%

14. Dois sistemas de amortização diferentes, quando aplicados sobre um mesmo financiamento, a uma taxa de juros diferente de zero, irão produzir, invariavelmente:
- (A) amortizações totais de montantes distintos
 (B) totais de juros pagos diferentes
 (C) valores iguais para prestações de mesmo período
 (D) somas dos totais pagos de juros e amortização iguais
15. Em uma operação de financiamento pelo Sistema Francês de Amortização (Tabela Price) com a previsão de ocorrência de parcelas mensais e intermediárias semestrais, os valores de todas as prestações serão:
- (A) diretamente proporcionais às partições do total financiado que a elas estiverem associadas
 (B) independentes do valor total financiado na operação
 (C) iguais, no que tange à periodicidade dos pagamentos
 (D) iguais, no que se refere às quantidades de juros e amortizações nelas contidas

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

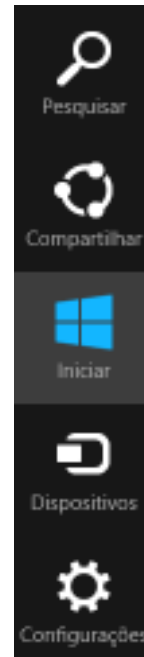
16. A figura abaixo ilustra um disco rígido utilizado na configuração dos microcomputadores atuais.










A tecnologia empregada nesses discos e um valor comum para a capacidade máxima de armazenamento estão indicados, respectivamente, na seguinte opção:

- (A) HDMI e 1 GBytes
 (B) SATA e 1 GBytes
 (C) SATA e 1 TBytes
 (D) HDMI e 1 TBytes

17. O sistema operacional Windows 8 BR disponibiliza uma barra, conhecida como “de Charms”, ilustrada na figura abaixo.



Para exibi-la, um usuário deve acionar o atalho de teclado  + C, no qual  representa a tecla Windows. Para acionar a opção  dessa barra, ele deve executar o seguinte atalho de teclado:

- (A)  + Q
 (B)  + P
 (C)  + K
 (D)  + U

24. Quando o Poder Executivo aprecia aspectos de conveniência e oportunidade da conduta administrativa, diz-se que, quanto à natureza do controle, este deve ser classificado como:
- (A) externo
(B) concomitante
(C) administrativo
(D) de mérito
25. Constitui pessoa jurídica de Direito Público Interno:
- (A) o Estado Federal
(B) a União
(C) a Presidência da República
(D) o Governo Federal
26. Segundo exposição doutrinária, o princípio da impessoalidade não raramente é chamado de princípio da:
- (A) igualdade legal
(B) razoabilidade dos meios
(C) finalidade administrativa
(D) subjetividade coletiva
27. Está excluída da incidência do teto remuneratório a seguinte verba de caráter indenizatório paga aos servidores públicos:
- (A) férias
(B) diária
(C) triênio
(D) salário família
28. Aplicam-se as regras da Consolidação das Leis Trabalhistas à relação de um servidor público com a seguinte pessoa jurídica:
- (A) fundação pública
(B) autarquia
(C) sociedade de economia mista
(D) agência reguladora
29. A obrigação de repetição do indébito se caracteriza como uma obrigação:
- (A) tributária pecuniária
(B) de direito natural
(C) objetiva integral
(D) de direito público
30. Segundo a legislação do Município do Rio de Janeiro, os créditos tributários não pagos no vencimento ficam sujeitos, além das multas moratórias, aos juros moratórios mensais de:
- (A) 0,5%
(B) 1%
(C) 1,5%
(D) 2%
31. Constitui tributo municipal:
- (A) a Taxa de Inspeção Sanitária
(B) o Imposto sobre Doações
(C) a Contribuição Patronal
(D) a Taxa de Regulação
32. O prazo para a Fazenda Pública contestar a ação popular, consideradas as prerrogativas processuais aplicáveis, é de:
- (A) 60 dias
(B) 30 dias
(C) 20 dias
(D) 15 dias
33. Os assistentes técnicos, após intimadas as partes da apresentação do laudo, oferecerão seus pareceres no prazo de:
- (A) 10 dias
(B) 15 dias
(C) 20 dias
(D) 30 dias
34. Para exercício da sua função, o assistente técnico poderá:
- (A) designar nova data para a perícia
(B) determinar inspeção judicial
(C) impingir a substituição do perito
(D) solicitar documento em poder da parte
35. Constatando ato contrário ao interesse público, o servidor deverá, segundo o Decreto nº 13.319/94:
- (A) representar perante o Ministério Público
(B) solicitar esclarecimentos ao órgão competente
(C) comunicá-lo aos seus superiores
(D) fazê-lo publicar no portal da transparência

CONTABILIDADE PÚBLICA E ORÇAMENTO PÚBLICO

36. A Administração Financeira e Orçamentária no Brasil é regida por uma série de normas legais e infralegais, baseadas na própria Constituição Federal. Pode-se afirmar, com base nessas normas, que é vedada pela Carta Magna:
- (A) a abertura de crédito adicional sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes
(B) a utilização, sem autorização legislativa específica, de recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos
(C) a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou extraordinários com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta
(D) a transferência constitucional de recursos e a concessão de empréstimos, inclusive por antecipação de receita, pelos Governos Federal e Estaduais e suas instituições financeiras, para pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios

37. A respeito de conceitos, classificação e características do orçamento público preconizados na legislação pertinente, é correto afirmar que:
- (A) se a lei de diretrizes orçamentárias não for aprovada pelo Legislativo antes do prazo de encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual, o Poder Executivo considerará como válida a LOA vigente
 - (B) o código de classificação das receitas por fontes de recursos é composto por dois dígitos, sendo que o primeiro indica o grupo de fontes de recursos
 - (C) certo órgão, ao efetuar uma transferência para determinada unidade da Federação, com vistas à realização de investimentos por essa unidade, constitui uma despesa orçamentária de capital efetiva
 - (D) os programas de duração continuada, constantes dos Planos Plurianuais, compreendem despesas de capital destinadas tipicamente à realização das atividades-meio dos órgãos e entidades integrantes do orçamento público
38. De acordo com as disposições constitucionais e legais referentes à Administração Financeira e Orçamentária, aplicada no âmbito dos três níveis de governo, é **INCORRETO** afirmar:
- (A) na execução financeira, o termo Destaque caracteriza a descentralização de créditos orçamentários de uma unidade orçamentária para outra
 - (B) cabe à lei complementar dispor sobre emissão e resgate de títulos da dívida pública
 - (C) será admitida a abertura de crédito extraordinário para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto na Constituição Federal
 - (D) na função alocativa o Estado desenvolve políticas nas quais atua como intermediário das relações econômicas, adotando políticas que possibilitem a ampliação de mercados, aumento de produtividade e a satisfação de demandas da sociedade
39. De acordo com os preceitos da classificação doutrinária e orçamentária e, conseqüentemente, da contabilização das receitas e despesas orçamentárias dos entes públicos, é correto afirmar que:
- (A) a destinação ordinária é o processo de vinculação entre a origem e a aplicação de recursos, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pelos mandamentos legais
 - (B) pela classificação da despesa pública segundo a sua natureza, investimentos devem ser classificados como grupo de despesa
 - (C) na classificação por estrutura programática, o poder público indica para a sociedade o montante de recursos a serem aplicados por cada ente da administração para a execução das políticas públicas definidas na Lei Orçamentária Anual
 - (D) um auxílio financeiro recebido a título de Convênio, destinado à construção de um prédio escolar público, classifica-se como transferência de capital
40. Uma determinada prefeitura, no exercício de 2012, realizou as fases de execução de uma despesa: empenho, liquidação e pagamento. Em fevereiro de 2013, aquela despesa foi cancelada e o fornecedor devolveu o recurso financeiro desembolsado. De acordo com as normas vigentes, a operação ocorrida em 2013 deveria ter sido registrada como:
- (A) receita extraorçamentária
 - (B) anulação de despesa
 - (C) receita orçamentária do exercício
 - (D) variação patrimonial qualitativa
41. Na Lei Orçamentária Anual de 2012 de uma determinada prefeitura, estava consignada uma parcela para pagamento de juros e encargos da dívida contraída em exercício anterior. De acordo com a classificação adotada na Lei 4.320-64, quanto à categoria e subcategoria econômica, essa despesa caracteriza-se, respectivamente, como sendo:
- (A) corrente, outras despesas correntes
 - (B) de capital, de transferência de capital
 - (C) corrente, de transferência corrente
 - (D) de capital, decorrente de investimentos

42. Considerando a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, o dispositivo que **NÃO** é pertinente e aplicável pelo referido diploma legal é:

- (A) as empresas estatais independentes estão alcançadas pelos seus dispositivos
- (B) a competência para a fiscalização do cumprimento de suas normas é atribuída aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário
- (C) na composição do cálculo da Receita Corrente Líquida (RCL) devem ser computados os valores correspondentes ao cancelamento de restos a pagar
- (D) as receitas de valores mobiliários são excluídos, para fim de apuração da RCL

43. Com base nos dispositivos constitucionais, a Lei de Responsabilidade Fiscal, **NÃO** preconiza que:

- (A) a instituição, a previsão e a efetiva arrecadação de todos os impostos da competência constitucional do ente da Federação constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal
- (B) se proíba a realização de operação de crédito entre entes da Federação, inclusive por intermédio de fundo, ainda que sob a forma de novação de dívida contraída anteriormente
- (C) em nenhuma hipótese seja objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida
- (D) se proíba aos municípios ou estados endividados conseguir financiamento junto a outros entes da federação

44. De acordo com as normas vigentes aplicadas ao setor público, para a elaboração do balanço financeiro, ao final de cada exercício, para demonstrar o montante referente às transferências financeiras recebidas, deverão ser utilizadas as contas agrupadas, respectivamente, nas seguintes classe e grupo do PCASP:

- (A) 6.2
- (B) 4.5
- (C) 3.5
- (D) 1.1

45. Ao final do segundo bimestre do exercício financeiro de 2012, uma determinada prefeitura verificou que pelas receitas arrecadadas não haveria a possibilidade do cumprimento das metas de resultado primário e nominal. Diante desse fato e para o devido cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, a prefeitura deveria ter providenciado na ocasião, como medida obrigatória:

- (A) solicitar um empréstimo do montante que falta para cumprir a meta de arrecadação
- (B) suspender a execução dos contratos em vigor por trinta dias, salvo aqueles referentes a serviços essenciais
- (C) realizar limitação de empenho e movimentação financeira
- (D) revogar certames licitatórios que ainda não geraram contratos

46. No final do exercício financeiro, a Demonstração das Variações Patrimoniais elaborada por uma determinada prefeitura apresentava os seguintes dados:

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	VALOR (R\$)
Alienação de bens imóveis.....	950.000,00
Transferências das instituições privadas	300.000,00
Depreciação de bens móveis.....	180.000,00
Prêmio de resgate de títulos.....	270.000,00
Remuneração a pessoal.....	430.000,00
Empréstimos contraídos.....	160.000,00
Encargos de empréstimos.....	15.000,00
Aquisição de imóvel.....	670.000,00
Descontos financeiros obtidos.....	23.000,00
Reversão de provisões.....	70.000,00
Reavaliação de ativos.....	120.000,00
Construção de bens imóveis.....	680.000,00

Com base nos dados apresentados pode-se afirmar que os somatórios das variações qualitativas e das variações patrimoniais diminutivas, respectivamente, foram iguais a:

- (A) R\$2.650.000,00 – R\$695.000,00
- (B) R\$2.530.000,00 - R\$925.000,00
- (C) R\$2.460.000,00 – R\$625.000,00
- (D) R\$1.780.000,00 – R\$995.000,00

47. Com relação ao sistema contábil e à estrutura do plano de contas aplicado ao setor público, pode-se afirmar que:

- (A) as contas de Passivo, após a realização do estágio da liquidação da despesa orçamentária, passam a ser classificadas com o atributo (F) e a ter característica de contas financeiras
- (B) é possível evidenciar todos os estágios das receitas e das despesas públicas no plano de contas aplicado ao setor público
- (C) a natureza da informação das contas das classes 5 e 6 é Orçamentária, pois nessas classes são registrados os atos potenciais e os diversos controles
- (D) as contas estão agrupadas pelos subsistemas de informações para propiciar facilidade na elaboração das diversas demonstrações contábeis obrigatórias

48. No final do exercício financeiro de 2012, constavam na contabilidade de uma determinada prefeitura as seguintes contas do subsistema orçamentário com seus respectivos saldos, em R\$:

Créditos Fixados no Orçamento.....	250.000,00
Créditos Adicionais Abertos.....	40.000,00
Créditos Anulados.....	15.000,00
Economia Orçamentária.....	35.000,00
Despesa Liquidada.....	230.000,00
Restos a pagar.....	25.000,00

Com esses dados, pode-se afirmar que o valor da total da despesa empenhada correspondeu a:

- (A) 310.000,00
- (B) 250.500,00
- (C) 240.000,00
- (D) 200.000,00

49. Um determinado município, por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual, previu como uma das possíveis fontes de arrecadação, uma receita tributária, que foi identificada com a codificação 1112.04.31. De acordo com as normas vigentes aplicadas à classificação da receita, o algarismo 2, no código indicado, corresponde ao seguinte nível:

- (A) espécie
- (B) origem
- (C) alínea
- (D) rubrica

50. Em 08/07/2012, uma determinada prefeitura verificou a necessidade de solicitar à Câmara Municipal autorização para abertura de um crédito suplementar. Para cumprimento da legislação pertinente efetuou o seguinte levantamento para apurar a disponibilidade de recursos:

- previsão de arrecadação até 30/jun: R\$ 270.000,00
- arrecadação efetuada: R\$ 360.000,00
- previsão de queda de arrecadação até 31/12: R\$ 25.000,00
- abertura de um crédito extraordinário ocorrida em 25/05, no valor de R\$ 11.500,00
- reabertura de crédito especial de R\$ 33.500, autorizado em 21/dez/2011
- o balanço patrimonial de 2011 apresentava um ativo financeiro de R\$ 200.000 e passivo financeiro de R\$ 155.000,00.

O valor dos recursos disponíveis que foi informado para a abertura desse crédito adicional foi igual a:

- (A) R\$ 2.300,00
- (B) R\$ 65.000,00
- (C) R\$ 67.500,00
- (D) R\$ 87.500,00

CONTABILIDADE GERAL

51. O contador da Procuradoria Geral do Município, ao examinar a qualificação econômico-financeira da Empresa ALPHA, deparou-se com os seguintes dados:

Liquidez Corrente: 1,35

Liquidez Seca: 1,0

Realizável a Longo Prazo: R\$ 1.200.000,00

Mercadorias: R\$ 525.000,00

Passivo Exigível a Longo Prazo: R\$ 1.150.000,00

Analisando os dados e informações disponibilizadas pela empresa, infere-se que o índice de liquidez geral, calculado com aproximação de duas casas decimais, foi igual a:

- (A) 1,22
- (B) 1,44
- (C) 1,67
- (D) 1,88

52. O gestor financeiro de determinado órgão estando preocupado com a participação dos itens permanentes da instituição no patrimônio total do órgão, deverá realizar o seguinte tipo de análise:

- (A) horizontal
- (B) de diferença absoluta
- (C) de evolução
- (D) vertical

53. As empresas ALFA e BETA, concorrentes disponibilizam as seguintes informações:

Empresa ALFA:

Passivo circulante: R\$ 300,00

Liquidez corrente: 2,00

Composição do endividamento: 60%

Grau de endividamento: 250%

Empresa BETA:

Passivo circulante: R\$ 200,00

Liquidez corrente: 1,00

Composição do endividamento: 40%

Grau de endividamento: 200%

Com base nessas informações, pode-se afirmar que a:

- (A) maior parte das dívidas da empresa ALFA vence no longo prazo
- (B) empresa ALFA possui maior montante de recursos de terceiros
- (C) empresa BETA apresenta um montante menor de ativo não circulante
- (D) empresa BETA apresenta maior patrimônio líquido

54. Conforme os enunciados dos Princípios de Contabilidade estabelecidos na Resolução nº 750/1993 e demais Normas Brasileiras de Contabilidade, é correto afirmar:

- (A) a condição de um bem ter uma substância física é essencial à existência de um ativo
- (B) a observância dos Princípios de Contabilidade é obrigatória no exercício da profissão; em situações concretas, a essência das transações deve sobressair sobre seus aspectos formais
- (C) todos os itens relevantes do patrimônio da entidade são apresentados em suas demonstrações contábeis
- (D) um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja exigida em liquidação de uma obrigação presente e o valor pelo qual essa liquidação se der possa ser determinado em bases confiáveis

55. Uma determinada empresa efetuou os seguintes fatos contábeis, listados por ordem cronológica.

I - compra de um computador para uso da administração, com parte do pagamento à vista e parte a prazo;

II - contratação de serviço com terceiros e, como forma de pagamento, a entrega de mercadorias do estoque da empresa, sendo que o valor do serviço contratado superou o custo da mercadoria entregue; e

III - prescrição de parte da dívida junto ao credor.

A sequência relatada mostra que os fatos ocorridos, nessa ordem, foram das seguintes naturezas:

- (A) permutativo - modificativo aumentativo - modificativo diminutivo
- (B) permutativo - modificativo diminutivo - modificativo diminutivo
- (C) misto diminutivo - modificativo aumentativo - permutativo
- (D) modificativo diminutivo - modificativo diminutivo - misto aumentativo

56. Em 31/12 o balanço patrimonial de uma determinada companhia apresentava, entre outros, os seguintes dados (valores em R\$):

Ativo Circulante.....	45.000,00
Realizável a Longo Prazo.....	25.000,00
Passivo Circulante.....	18.000,00
Patrimônio Líquido.....	65.000,00

Com base na estrutura desse balanço, verificou-se que a liquidez corrente excedeu em 50% a liquidez geral. Com essas informações, pode-se afirmar que a imobilização do capital próprio correspondia a:

- (A) 40%
- (B) 46%
- (C) 50%
- (D) 75%

57. Uma determinada sociedade por ações apurou, em 31/12/2012, um lucro antes das participações no montante de R\$ 100.000,00. No seu estatuto constava que, para os administradores e empregados, essas participações seriam, respectivamente, iguais a 5% e 10%. Sabendo-se que o balanço de 2011 indicava um prejuízo acumulado no montante de R\$ 20.000,00, o valor destinado a Reserva Legal, referente ao exercício de 2012, foi igual a:

- (A) R\$ 4.420,00
- (B) R\$ 4.400,00
- (C) R\$ 4.275,00
- (D) R\$ 3.420,00

Com base nos dados a seguir, responda às questões de números 58 e 59:

No final do exercício social de 2012 foram levantados os seguintes dados da Empresa Comercial ABC:

Vendas de mercadorias.....	R\$ 80.000,00
Compras de mercadorias.....	R\$ 40.000,00
ICMS sobre vendas.....	R\$ 16.000,00
ICMS sobre compras.....	R\$ 8.000,00
ICMS a recolher.....	R\$ 4.800,00
Descontos Incondicionais Obtidos.....	R\$ 1.000,00
Descontos Incondicionais Concedidos.....	R\$ 500,00
Compras Anuladas.....	R\$ 400,00
Vendas Anuladas.....	R\$ 800,00
Fretes sobre Compras.....	R\$ 2.000,00
Fretes sobre Vendas.....	R\$ 4.000,00
Estoque Inicial.....	R\$ 30.000,00
Estoque Final.....	R\$ 40.000,00

58. Com esses dados, pode-se afirmar que o montante das compras líquidas no exercício correspondeu a:

- (A) R\$ 39.600,00
- (B) R\$ 36.000,00
- (C) R\$ 32.600,00
- (D) R\$ 30.000,00

59. No exercício, o montante das vendas líquidas foi igual a:

- (A) R\$ 64.000,00
- (B) R\$ 62.700,00
- (C) R\$ 58.700,00
- (D) R\$ 50.400,00

60. A Cia. ABC realizou a venda a prazo de certa mercadoria a um cliente. Tempos depois, o cliente, alegando que a mercadoria apresentava pequenos defeitos, mostrou-se disposto a devolvê-la. A empresa propôs, então, a concessão de um abatimento de R\$ 1.000,00 para que o cliente não devolvesse a mercadoria, e ele prontamente concordou. Na ocasião, para registrar a operação de abatimento do preço da mercadoria, foi realizado o seguinte lançamento contábil:

- (A) Débito – Receita de vendas R\$ 1.000,00
Crédito – Clientes R\$ 1.000,00
- (B) Débito – Abatimento condicional sobre vendas R\$ 1.000,00
Crédito – Clientes R\$ 1.000,00
- (C) Débito – Abatimento incondicional sobre vendas R\$ 1.000,00
Crédito – Clientes R\$ 1.000,00
- (D) Débito – Desconto incondicional sobre compras R\$ 1.000,00
Crédito – Clientes R\$ 1.000,00

61. Quando se deseja registrar o excedente entre o preço de subscrição e o valor nominal das ações que os acionistas pagam à Companhia, o valor deve ser registrado em conta de:

- (A) reserva de capital
- (B) capital social
- (C) capital subscrito
- (D) ajustes de avaliação patrimonial

62. A elaboração e divulgação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), para atender aos requisitos estabelecidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade e na legislação societária, entre outros aspectos relevantes, **NÃO** deverá:

- (A) apresentar, em sua primeira parte, o detalhamento de como a riqueza obtida pela entidade foi distribuída
- (B) representar um dos elementos componentes do Balanço Social e ter por finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período
- (C) proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis informações relativas à riqueza criada pela entidade em determinado período e a forma como tais riquezas foram distribuídas
- (D) apresentar o quanto a entidade agrega de valor aos insumos adquiridos de terceiros e que são vendidos ou consumidos durante determinado período

Com base nos dados a seguir, responda às questões de números 63 e 64.

No final do exercício foram levantados os seguintes dados referentes à Cia. ABC:

Capital Autorizado.....R\$	150.000
Capital Subscrito.....R\$	130.000
Capital Integralizado.....R\$	90.000
Reservas para Contingências.....R\$	17.000
Reservas de Ágio na Emissão de Ações...R\$	16.000
Reservas Estatutárias.....R\$	15.000
Reservas de Bônus de Subscrição.....R\$	14.000
Reserva Legal.....R\$	15.000
Ações em Tesouraria.....R\$	2.000
Ajuste de Avaliação Patrimonial (saldo formado em contrapartida de aumento de valor atribuído a elementos do passivo).....R\$	12.000

- 63.** Com base nesses dados e respeitando o agrupamento das contas, pode-se afirmar que o montante:
- (A) do Capital Social é de R\$ 150.000,00
 (B) das Reservas de Capital é R\$ 42.000,00
 (C) das Reservas de Lucros é de R\$ 47.000,00
 (D) do Patrimônio Líquido é credor de R\$ 170.000,00
- 64.** Na elaboração do balanço patrimonial, com base nos dados apresentados, o somatório das contas de natureza devedora do agrupamento do patrimônio líquido foi igual a:
- (A) R\$ 54.000,00
 (B) R\$ 42.000,00
 (C) R\$ 40.000,00
 (D) R\$ 14.000,00
- 65.** Na Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovada pelas Normas Brasileiras de Contabilidade, os fluxos de caixa do período são classificados em três grupos de atividades: investimentos, financiamentos e operacionais. Estão indicados nessa ordem, respectivamente, os seguintes fatos realizados por uma determinada empresa:
- (A) venda de equipamento – aquisição de ativo imobilizado – empréstimos concedidos a outras empresas
 (B) recebimento pela emissão de ações – venda de equipamento – recebimento por empréstimo a longo prazo
 (C) recebimentos de clientes – empréstimos concedidos a outras empresas – pagamento a fornecedores
 (D) venda de ativo imobilizado – vendas de ações emitidas – pagamento a fornecedores

CÁLCULOS TRABALHISTAS

Nas questões práticas em que é exigido o cálculo com salário mínimo, considere o valor de R\$ 900,00.

Para o cálculo das horas extras, a hora extraordinária terá um acréscimo sobre a hora normal equivalente ao percentual mínimo exigido pela Constituição Federativa da República Brasileira.

- 66.** Um funcionário que utilize diariamente duas conduções no valor total de R\$3,00 (ida e volta), em um mês em que haja trabalhado 22 dias úteis e percebido um salário base de R\$900,00 e uma gratificação especial temporária de R\$100,00, totalizando R\$1.000,00 de remuneração, terá descontado em seu contracheque, a título de Vale Transporte, o valor de:
- (A) R\$48,40
 (B) R\$54,00
 (C) R\$60,00
 (D) R\$66,00
- 67.** Um empregador pagou R\$ 2.000,00 a menor em cada um dos meses de outubro e novembro. Sendo os fatores de correção 1,000645 e 1,000000 para os valores devidos nos meses de outubro e novembro, respectivamente. O valor pago em novembro, para quitar essa diferença, foi:
- (A) R\$3.987,18
 (B) R\$3.998,71
 (C) R\$4.001,29
 (D) R\$4.012,90
- 68.** A respeito do cálculo do desconto previdenciário sobre um salário de R\$ 5.000,00 devido no mês de agosto de 2013, pode-se afirmar que:
- (A) a alíquota máxima de desconto previdenciário do reclamante é de 11%
 (B) o valor de 8% é o índice máximo para qualquer valor mensal
 (C) a incidência do desconto previdenciário é sobre o montante total do salário
 (D) o valor teto para incidência do desconto previdenciário é de R\$1.247,71
- 69.** Um funcionário eletricitário trabalhou por 18 meses em condições perigosas e percebeu, habitualmente, desde sua admissão, o adicional de periculosidade. Considerando-se que recebia um salário de R\$ 980,00 à época de sua demissão sem justa causa, o valor do aviso prévio devido pelo empregador foi:
- (A) R\$1.374,00
 (B) R\$1.274,00
 (C) R\$1.184,00
 (D) R\$980,00

70. O período que serve de base de cálculo para o valor do salário médio utilizado no cálculo do seguro-desemprego é o último:
- (A) bimestre
(B) trimestre
(C) semestre
(D) quadrimestre
71. O FGTS incide sobre:
- (A) férias indenizadas
(B) artigo 467 da CLT
(C) vale-transporte
(D) adicional noturno
72. Quanto ao direito de férias, pode-se afirmar que:
- (A) prescreve em cinco anos, a contar da data do término do período concessivo
(B) não prescreve
(C) prescreve em cinco anos, a contar da data de término do período aquisitivo
(D) a prescrição não ocorre para o direito ao terço constitucional
73. A respeito do salário-família, conforme definido pelo MPS/MF, é correto afirmar que:
- (A) possui valor único independente do valor do salário
(B) o valor da cota é devido integralmente no mês de admissão que tenha sido trabalhado apenas em parte
(C) não integra a base de cálculos do INSS do empregado
(D) possui valor fixo, independentemente do número de filhos
74. Um empregado mensalista trabalhou no período de 01/03/2011 a 30/11/2011 e, durante todo o seu período laboral na empresa, realizou 720 horas extras. Quando da rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, o empregado percebia R\$1.100,00 de salário. O valor devido, a título de 13º salário, foi:
- (A) R\$1.050,00
(B) R\$1.162,50
(C) R\$1.275,00
(D) R\$1.550,00
75. Os quadros seguintes apresentam a forma de cálculo do IRRF determinada pela Receita Federal e os dados de uma Rescisão Trabalhista.

Tabela pela Instrução Normativa RFB n° 1.127/11 - Alterada pela INRFB n° 1.142/11.

Base de Cálculo em R\$	Alíquota (%)	Parcela a Deduzir do Imposto (R\$)
Até (1.710,78 x NM)	-	-
Acima de (1.710,78 x NM) até (2.563,91 x NM)	7,5	128,30850 x NM
Acima de (2.563,91 x NM) até (3.418,59 x NM)	15	320,60175 x NM
Acima de (3.418,59 x NM) até (4.271,59 x NM)	22,5	576,99600 x NM
Acima de (4.271,59 x NM)	27,5	790,57550 x NM

Legenda: NM = Número de meses a que se refere o pagamento acumulado

Verbas rescisórias	Valores
Salário referente ao mês de janeiro 2013	R\$3.600,00
Salário referente ao mês de fevereiro 2013	R\$3.600,00
13º Salário Proporcional 2/12	R\$ 600,00
Artigo 467 da CLT	R\$3.600,00
FGTS com acréscimo da Multa de 40%	R\$3.600,00
Aviso Prévio Indenizado	R\$3.600,00

Com base nesses dados, o Imposto de Renda Retido na Fonte é de:

- (A) R\$ 466,01
(B) R\$ 427,59
(C) R\$ 208,19
(D) R\$ 58,38

